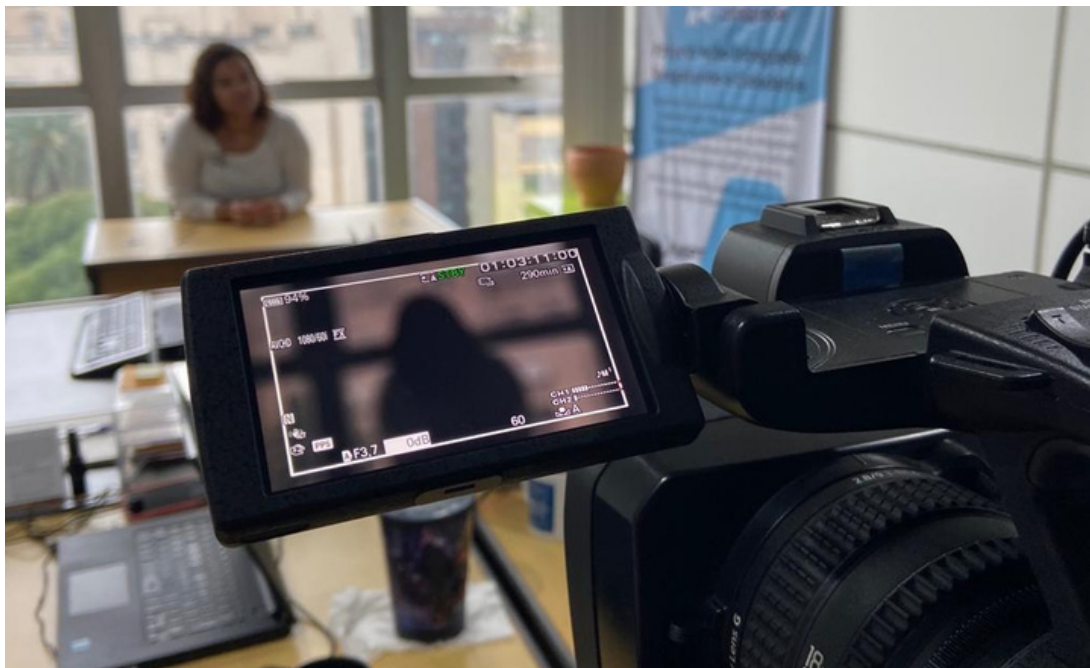




COMO COMUNICAR A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA



COMO COMUNICAR A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

Idealização: Caroline Bonfim e Yasmim França

Autoria: Caroline Bonfim

Pesquisa: Caroline Bonfim e Ludmila Paiva

Revisão: Ludmila Paiva e Thaiany Motta

Texto de Apresentação: Ludmila Paiva

Projeto gráfico/Design: Caroline Bonfim

Projeto Ação Integrada: Resgatando a Cidadania (MPT/Cáritas RJ): Guadalupe Couto, Aline Thuller, Yasmim França, Caroline Bonfim, Ludmila Paiva, Maria Carolina Bandetini, Matheus Hermógenes e Thaiany Motta.



Apoio:



COETRAE-RJ
Comissão Estadual para Erradicação do
Trabalho Escravo no Rio de Janeiro



CETP-RJ
Comitê de Enfrentamento ao
Tráfico de Pessoas do Estado
do Rio de Janeiro



APRESENTAÇÃO:

Este manual tem o objetivo de sensibilizar e orientar os profissionais da comunicação e veículos de imprensa sobre como abordar pessoas submetidas ao trabalho em condições análogas à de escravo e ao tráfico de pessoas.

Ao mesmo tempo em que a repercussão midiática pode contribuir para a reflexão da sociedade e o aumento no número de denúncias, é necessário um cuidado a fim de evitar a exposição excessiva de um momento delicado na vida das vítimas.

O presente manual foi desenvolvido a partir da **demanda por segurança apresentada pelas pessoas resgatadas** e também surgiu da necessidade das organizações e dos profissionais em preservar o sigilo de informações sensíveis e não prejudicar a segurança e a saúde física e mental das vítimas por eles assistidas.

Essa discussão foi pautada no âmbito do **Grupo de Trabalho de Promoção do Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETP-RJ)** e da **Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Rio de Janeiro (COETRAE-RJ)**, e contou com a colaboração de diversos atores, dentre eles, pessoas resgatadas do trabalho escravo, jornalistas, profissionais responsáveis pelo atendimento às vítimas, acadêmicos e estudiosos do tema do trabalho escravo contemporâneo.

Esperamos que esse material sirva de suporte para organizações e meios de comunicação, e contribua para a conscientização sobre a importância da proteção de dados e classificação das informações a serem publicadas.



AGRADECIMENTOS:

Esse Manual contou com a colaboração de estudiosos do tema do tráfico de pessoas e do trabalho escravo contemporâneo, e também de profissionais e especialistas da área de comunicação.

Agradecemos, especialmente, à Julia Kronemberger, coordenadora estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo do Rio de Janeiro; Marcela Soares, professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF; Murilo Peixoto da Mota, sociólogo pelo NEPP-DH/UFRJ e colaborador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC/UFRJ); Luciana Bittencourt, da Escola de Governo de Maricá (EMAR) e do Programa de Extensão Mulherio: tecendo redes de resistência e cuidados (IPSi/UFF); Flávia de Almeida Moura, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Fábio Teixeira, repórter da Thomson Reuters; Gabriela Romero, especialista em comunicação em contextos humanitários; e Ítala Maduell e Alexandre Caroli, jornalistas e professores de Comunicação Social da PUC-Rio.



A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO JORNALÍSTICO

Todas as vezes que uma reportagem sobre escravidão contemporânea é realizada, o número de denúncias aumenta justamente porque as pessoas conseguem reconhecer no seu entorno traços da história que viram na notícia. O trabalho jornalístico tem impacto social e serve ao bem comum. Portanto, seu papel é fundamental para a construção de representações sociais.

“SEGUNDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, ESSA AUDIÊNCIA (4,5 MILHÕES DE OUVINTES ÚNICOS) TEM LEVADO A UM AUMENTO DAS DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO. NO BRASIL, ELAS SALTARAM 67% DESDE O COMEÇO DA PUBLICAÇÃO.”

JORNALISTA EM UMA REPORTAGEM SOBRE O TEMA

O trabalho de jornalistas é fundamental para o combate à escravidão moderna. No entanto, muitas vítimas relatam problemas com a imprensa: perguntas invasivas, exposição exacerbada de seus familiares e documentos pessoais, entre outros.

“A TV CHEGOU ANTES DA GENTE NO LOCAL, FILMOU TODA A SITUAÇÃO, EXPÔS A FAMÍLIA DA VÍTIMA E QUANDO CHEGAMOS PARA DAR O ATENDIMENTO, ELES NÃO QUERIAM MAIS FALAR COM NINGUÉM, NEM COM A ASSISTÊNCIA. ESTAVAM TOTALMENTE TRAUMATIZADOS POR TEREM SAÍDO PARA O BRASIL TODO DAQUELA FORMA”.

PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS



A PROTEÇÃO COM A VÍTIMA

Diante de algumas superexposições sofridas pelas vítimas na imprensa, as instituições de assistência afirmam que a proteção delas não é somente de responsabilidade do Estado ou de organizações, mas também de jornalistas e da sociedade como um todo.



“QUANDO VOCÊ PEDE PRA SUA IMAGEM SER PRESERVADA, O CERTO É ELES FAZEREM ISSO. MAS NÃO, ELES ME EXPUSERAM. TODAS AS PESSOAS QUE ME CONHECEM ME VIRAM E ME PERGUNTAVAM, PASSEI MUITO TEMPO SEM SAIR DE CASA. MUDEI ATÉ O NÚMERO DE TELEFONE.”



VÍTIMA RESGATADA

As entrevistas com pessoas resgatadas acontecem após o resgate, mas, ainda que as vítimas já estejam sendo acompanhadas, o contato com a imprensa pode significar risco para sua saúde física e mental.

Normalmente, pessoas resgatadas recentemente de trabalho análogo à escravidão costumam apresentar comportamentos e sentimentos bastante similares, como:

- Medo de retaliações dos ex-patrões.
- São ameaçadas ou coagidas a não falar mal dos patrões e não denunciar.
- Revivem o sofrimento ao falar sobre sua história.
- Têm dificuldade para se perceber como pessoas escravizadas.
- Não querem ser reconhecidas socialmente pela violação que sofreram.
- Têm pensamentos suicidas por se entenderem sem rumo e perspectiva.



- Sentem ansiedade antes, durante e depois de serem entrevistadas.
- Não se lembram com exatidão de datas ou não relatam suas histórias de forma cronológica.

“CIDADE PEQUENA É ASSIM, NÉ: TODO MUNDO SE CONHECE. QUANDO SAI UMA NOTÍCIA DE UM TRABALHADOR RESGATADO QUE VEIO PARA O RIO SAINDO DESSA REGIÃO, A POPULAÇÃO LOCAL LOGO CONSEGUE RECONHECER QUEM FOI.”

PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS

Em muitos casos, a pessoa não quer que a própria família saiba o sofrimento que ela passou e não quer se tornar um símbolo da violência que sofreu.

A exposição indevida na mídia pode também impactar no processo administrativo/judicial em curso, fazendo com que exploradores manipulem novas informações a seu favor e prejudicando a reparação financeira que a vítima poderia receber pelo dano sofrido.

“O CASO X, TEVE UMA REPERCUSSÃO GRANDE (COM A IMPRENSA), QUE ESTIMULOU OUTRAS DENÚNCIAS, MAS POR OUTRO LADO TAMBÉM ATRAPALHOU O PROCESSO. AS PARTES NUNCA MAIS SE INTERESSARAM EM FAZER ACORDO”.

JUÍZA DO TRABALHO

Cada pessoa reage de uma forma: algumas não querem voltar ao assunto, mas muitas desejam contar suas histórias. Elas entendem que falar pode gerar mudança social e usam seus relatos como forma de alertar outras pessoas.



“ACHO QUE O QUE FAZ MUDANÇA É INFORMAÇÃO. COMPARTILHAR MINHA EXPERIÊNCIA PODE AJUDAR PESSOAS QUE ESTÃO EM SITUAÇÃO PARECIDA DA MINHA E SER RESGATADO PELA INFORMAÇÃO QUE CONTEI. TIPO EU FALO PARA O JOVEM QUE PENSA QUE SABE DE TUDO, MAS NA VERDADE PRECISA DE AJUDA”

VÍTIMA RESGATADA

Apesar da receptividade, a maioria delas sente medo de ser exposta pela imprensa de forma indevida. Essas pessoas têm o direito de querer falar, mas também de querer esquecer.

ANTES DE COMEÇAR A ENTREVISTA:

- Ao combinar a entrevista, escolher horário e local que não sejam com muito movimento, para que a pessoa não se sinta exposta ou inibida de falar em razão do ambiente. Importante verificar a possibilidade da vítima estar acompanhada por algum profissional da assistência social.
- Se apresentar, explicar a ideia da pauta e informar o método de gravação. Deixar claro que a pessoa tem o direito de não responder alguma pergunta, pedir para encerrar a conversa em qualquer momento, bem como pedir que certas informações não sejam divulgadas.
- Apresentar a possibilidade de anonimato, com uso de nome fictício escolhido pelo entrevistado e de preservar sua imagem e voz na reportagem.

“COMO É NOME FALSO, ME SINTO MAIS SEGURA PARA FALAR COMO ME SINTO E O QUE PASSEI. SEMPRE GOSTEI DE JORNALISTAS, MAS AINDA NÃO ESTOU PRONTA PARA CONTAR TUDO COM MEU NOME REAL”.

VÍTIMA RESGATADA



DURANTE A ENTREVISTA:

- Iniciar permitindo que o entrevistado comece a falar o que gostaria de dizer, sem perguntas direcionadas de início. Exemplo: "O que você gostaria de me falar da sua história? Por onde você gostaria de começar? "
- Evitar perguntas que provoquem reações emocionais muito fortes. Caso ocorram, dedique um tempo para a pessoa se recompor e avalie a possibilidade de abreviar a entrevista.
- Evitar perguntas sobre detalhes de eventos traumáticos, como abusos sexuais.
- Evitar perguntas com questionamentos moralistas. Exemplo: "Por que você não fugiu ou lutou contra essa situação?".
- Interromper a entrevista se a pessoa apresentar qualquer sinal de estresse: tremores no corpo/ choro incontrolável/ forte dor de cabeça/ náusea/ dificuldade de respirar/ apresentar palidez.



**"EU TENHO RECEIO DE PEGAR NA
SUA MÃO BRANCA".**



FALA DE UMA VÍTIMA RESGATADA PARA JORNALISTA

ANTES DE FINALIZAR A ENTREVISTA:

- Finalizar a entrevista com perguntas otimistas, que demonstrem interesse em outras partes da vida da pessoa para além da violência sofrida. Exemplo: "E quais seus interesses hoje em dia?" / "O que você gosta de fazer na sua rotina agora?" / "Quais são seus planos para o futuro?".
- É importante parabenizar a pessoa pela coragem de dar entrevista, de expor esse momento de sua vida. Agradecer a ela por compartilhar sua história.



SOBRE USO DE INFORMAÇÕES, IMAGENS E ÁUDIOS:

É muito comum que, durante as entrevistas, as pessoas resgatadas naturalmente revelem informações que não necessariamente gostariam que fossem divulgadas, como nome de familiares ou dos exploradores.

Por isso, após a entrevista, é importante confirmar com o entrevistado se certas informações podem ser divulgadas e também ter bastante cautela antes de colocá-las na reportagem. Tais como:

- Nome verdadeiro / cidade de origem / nome de familiares / data de nascimento.
- Nome dos exploradores / bairro onde trabalhou / data exata do resgate.
- Onde vive agora / nome de pessoas que a atenderam durante e após o resgate.
- Valor da indenização e patrimônio após resgate.

“PASSOU A TER DIREITO A DUAS PENSÕES, QUE SOMAM UMA RENDA MENSAL DE MAIS DE R\$8.000. (...) ELA GANHOU UM APARTAMENTO COMO INDENIZAÇÃO EM UMA AÇÃO TRABALHISTA (...) ELA TAMBÉM FICOU COM O CARRO DA FAMÍLIA E RECEBEU UM PAGAMENTO DE R\$20.000 (...) AS PENSÕES VOLTARAM PARA ELA E HOJE É ELA QUE ADMINISTRA ESSE DINHEIRO.”

REPORTAGEM JORNALÍSTICA SOBRE UMA PESSOA RESGATADA



Com relação às imagens, reportagens audiovisuais podem, mesmo que não intencionalmente, expor a vítima. Orientamos:

- Evitar imagens de parte do corpo que podem identificar a vítima. Mesmo que sejam detalhes, quem a explorou poderá reconhecer.
- Não colocar imagem que apelem para a miséria, estigmatizando a vítima.
- Evitar imagens de símbolos que tradicionalmente são usados para representar a escravidão, como correntes. Elas acabam afastando a real condição da escravidão moderna, limitando a compreensão de que escravidão está restrita ao cerceamento da liberdade de locomoção.



“JÁ PRECISAMOS REMOVER UMA PESSOA RESGATADA DO ABRIGO QUE ELA JÁ ESTAVA ADAPTADA PORQUE NA REPORTAGEM DE TV ELA APARECIA DE COSTAS, OS EX-PATRÕES A RECONHECERAM E VOLTARAM A FAZER AMEAÇAS”



PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS

SUGESTÕES DE IMAGENS:

Existem outras opções de imagens que não super expõem as vítimas e complementam as reportagens audiovisuais que necessitam de imagens de cobertura, como:

- Silhueta do entrevistado, com imagem borrada e voz modificada.
- Imagens do ambiente no qual a pessoa era explorada: plantações de cana; “quarto de empregada”; indústria têxtil; restaurantes, construção civil, times de futebol.



- Locais turísticos das cidades onde eram exploradas, levando o contexto para o telespectador.
- Objetos importantes (porém genéricos) para a pessoa: livros; materiais do novo trabalho.
- Hobbies da pessoa: cozinhar, escrever, assistir séries, cuidar de plantas.
- Imagens gráficas: ilustrações, animações, plantas de apartamentos, mapas e simulações.

VOCABULÁRIO: SUGESTÕES E EXPLICAÇÕES

- “Trabalho análogo à escravidão”; “trabalho análogo ao de escravo”; “trabalho em condições análogas à de escravo” e “trabalho em condições análogas à escravidão” são os termos mais usados para falar da escravidão contemporânea por conta da definição na legislação brasileira no artigo 149 do Código Penal: “Reduzir alguém à condição análoga à de escravo (...)”.
- O uso do termo “análogo” ajuda a evitar possíveis confusões entre a definição de escravidão colonial (que se caracteriza por ser uma violação à dignidade da pessoa humana autorizada por lei, na qual as pessoas escravizadas não eram reconhecidas como sujeitos de direitos) e a escravidão contemporânea (não autorizada por lei).
- “Escravidão moderna”; “escravidão contemporânea”; “formas contemporâneas de escravidão”; “escravização” no lugar de “escravidão” e “escravizados” no lugar de “escravos” são termos também usados por especialistas que ajudam a quebrar preconceitos e estigmas e possibilitam compreender a singularidade de cada processo de escravização, de acordo com o momento histórico e território em que ocorre.



- O termo “trabalho forçado” é adotado por grande parte das organizações internacionais, pois se baseia nas Convenções nº 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O trabalho forçado é aquele para o qual a pessoa não se ofereceu espontaneamente e que é exigido sob ameaça, coação, violência, intimidação, retenção de documentos ou como cobrança por dívidas.
- A lei brasileira se diferencia por considerar o trabalho forçado como uma das várias características que podem configurar esse crime: trabalhos forçados, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho, restrição de locomoção em razão de dívida.
- Para se referir à vítima ou sobrevivente, busque evitar o termo “escravo” ou “traficado” e usar expressões como: “trabalhador (a)”; “profissional”, “vítima”, “sobrevivente”, “pessoa em situação de exploração”, “pessoa em situação de escravização”, “pessoa explorada” e “pessoa escravizada”, retratando a violação como algo transitório em sua vida, não como marcador de sua identidade.



“FOI RUIM PRA MIM PORQUE PREJUDICOU MEUS FILHOS. MEU FILHO RECEBEU AMEAÇA, FOMOS RECONHECIDOS NA RUA, TIVEMOS QUE MUDAR DE CIDADE E O NÚMERO DO TELEFONE PORQUE NÃO AGUENTAVA MAIS AQUILO”.



VÍTIMA RESGATADA

Caso a imprensa seja a primeira a chegar no local é de extrema importância que os jornalistas acionem os órgãos de repressão e fiscalização e atendimento competentes, como a Inspeção do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal.



COMO COMUNICAR O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

O foco principal desse manual é a comunicação da escravidão contemporânea na imprensa, mas ele também pode ser uma referência para todos os profissionais que trabalham com a temática, desde operações de repressão até o atendimento às vítimas.

Esperamos ter contribuído com o debate sobre a comunicação de graves violações de direitos humanos no Brasil e ter fornecido instrumentos para garantir a proteção às vítimas de trabalho análogo ao de escravo e do tráfico de pessoas.



COETRAE-RJ
Comissão Estadual para Erradicação do
Trabalho Escravo no Rio de Janeiro



CETP-RJ
Comitê de Enfrentamento ao
Tráfico de Pessoas do Estado
do Rio de Janeiro

